

O nacionalismo revolucionário e a resistência à ditadura nos anos 1960 no Brasil

*Revolutionary nationalism and resistance to the
dictatorship in the 1960s in Brazil*

Fábio A. G. Chagas*

Submetido em março de 2011

Aprovado em outubro de 2011

Resumo:

Entre 1964-67, a resistência armada à ditadura civil-militar no Brasil foi levada a cabo pela tradição nacionalista revolucionária. Apesar da presença de comunistas, o protagonismo nacionalista ensejou uma estratégia distinta da adotada pelos comunistas que deram sequência à luta. Embora tenha sido vigorosamente derrotado, o nacionalismo revolucionário acabou por fornecer combatentes para a luta revolucionária que se iniciara em 1968.

Palavras-chave:

Nacionalismo Revolucionário. Luta Armada. Ditadura.

Abstract:

Between 1964-67 the armed resistance to the civil-military dictatorship in Brazil was carried out in the tradition of revolutionary nationalism. Despite the presence of Communists, the nationalist leadership tried a different strategy from the one adopted by the Communists who continued the struggle. Despite having been roundly defeated, revolutionary nationalism ended up producing soldiers for the revolutionary struggle that began in 1968.

Keywords:

Revolutionary Nationalism. Armed Struggle. Dictatorship.

* Doutor em História Contemporânea pela Universidade Federal Fluminense (UFF);
Professor do Centro Universitário de Formiga (UNIFOR-MG).
Contato: sepechagas@yahoo.com.br

No texto que se segue, não se intenta historiar o nacionalismo no Brasil, mas tão somente indicar traços de origem do nacionalismo revolucionário, que ganhou corpo nos anos 1950 e protagonizou os primeiros lances da oposição armada ao regime militar, instaurada com a derrubada de João Goulart em março-abril de 1964. Tem-se que, para entender o fenômeno em tela, evidencia-se a articulação entre as tendências nacionalistas que caracterizaram os dois governos Vargas, nos decênios de 1940 e 50, com o ingresso massivo e progressivo das classes populares ao centro da arena política, resultando disso a emergência de um projeto político distributivista e de natureza popular.

Acerca da formulação de um projeto político-social de caráter mais popular, Lucília Neves¹ percebeu que, a partir dos anos 1950, a produção intelectual do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) ajudou na construção de projetos políticos conservadores, mas também de projetos que visavam substanciais transformações no país, desatando-se, por sua vez, tendências nacionalistas de diversos matizes. Por seu turno, sem demora, no decênio de 1950 apareceram organizações como a “Frente de Novembro” (abrigoando, em seu interior, oficiais, sargentos, sindicalistas, petebistas e comunistas) e a “Frente Parlamentar Nacionalista”.

Cumprir notar que, no período em evidência, as questões nacionais amalgamaram-se em torno de bandeiras econômico-sociais e manifestações contrárias às investidas norte-americanas no processo de industrialização, que se levava a efeito por estas terras. Empurrado pelos fatores mencionados, o contexto político de 1945 acirrou-se crescentemente, de tal modo que incontáveis quadros militantes do Partido Trabalhista Brasileiro distanciaram-se de forças políticas antes aliadas, como o Partido Social Democrático (PSD). Girando à esquerda, diversos trabalhistas enxergaram nos comunistas seus verdadeiros aliados, como se pode notar na assertiva de Lucília Neves:

Foram as condições de transformação dos contextos e conjunturas políticas que levaram o PTB a se transformar, de um partido getulista, em um partido reformista. Assim, a ascensão de João Goulart à presidência do partido em 1953, a morte de Vargas em 1954, a aproximação em relação aos comunistas a partir desse último ano, a participação em frentes nacionalistas após 1958, a renovação dos quadros

1 NEVES, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

da agremiação em seguida a 1956, foram alguns dos múltiplos fatores que contribuíram para que o PTB se transformasse gradativamente.²

Os trabalhistas, e, via de regra, todos os demais nacionalistas do período, gravitavam sob a órbita política do ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, certamente, o maior expoente dessa tendência política. Mais do detentor de uma formidável oratória, Brizola conquistou corações e mentes por todo o país em face também de suas ações concretas como governador, posto que, não sem ousadia, encampou empresas estrangeiras, criou quase 700 mil vagas escolares e ainda capitaneou uma épica resistência ao intento golpista de 1961. A envergadura do líder gaúcho o consagrou, naqueles tempos, como a maior liderança para grupos heterogêneos e divergentes, tanto nacionalistas quanto comunistas.³

A despeito de seu ferrenho anticomunismo, Brizola galvanizou as esquerdas não somente por seu carisma e atitudes, mas porque contou com um fenômeno político-ideológico fecundo daqueles anos. Desde fins dos anos 1950, forças nacionalistas, comunistas e não comunistas se aproximaram com certa facilidade, porque gravitavam em torno de um projeto, denominados por Daniel Aarão Reis Filho, como “nacional-estatista”, o qual, segundo o autor, mobilizou amplos setores da sociedade e atingiu parcelas das esquerdas brasileiras de maneira que hoje não é possível recuperar o legado daquela experiência sem considerar a presença de duas fortes tradições, a comunista e a trabalhista que “se impregnaram todo o período, ora competindo entre si, ora compondo alianças”.⁴ Do lado dos comunistas, não é difícil explicar seu ingresso naquele projeto, pois sua filiação a certa definição estratégica em nível internacional, permitiu caracterizar o período como o da possibilidade de vivenciar a etapa democrático-burguesa da revolução, conforme postulava o movimento comunista internacional daqueles anos.

Vale notar também que o processo revolucionário cubano impactou fortemente essas duas tradições, facilitando o trânsito de ideias e de militantes entre elas. A experiência revolucionária de Cuba incitou tanto os comunistas quanto os trabalhistas, e a outros nacionalistas, a

2 NEVES, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*, *Op. cit.*, p. 297.

3 FERREIRA, Jorge e NEVES, Lucília de Almeida. *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática*. RJ: Civilização Brasileira, 2003, v. 3.

4 REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 374.

modificarem suas posições em relação àquela revolução, pelo fato dela ter percorrido o caminho do nacionalismo para o socialismo em um intervalo de tempo demasiadamente curto. A trajetória da revolução cubana, em seus primeiros anos, pareceu assim recuperar a ideia da revolução permanente formulada, por Leon Trotsky,⁵ e igualmente figurar como a revolução nacional que avançou para o socialismo.

A rápida passagem do nacionalismo para o socialismo dissolveu a desconfiança dos comunistas quanto aos destinos da revolução na ilha e chancelou a possibilidade de uma revolução socialista iniciar-se por uma revolução nacional. Por outro lado, abriu os corações e as mentes dos nacionalistas para a perspectiva do socialismo como o ponto de chegada da revolução nacional. Nesse sentido é que nos parece possível entender como a “Organização Revolucionária Marxista - Política Operária” (ORM-POLOP) se abriu para o nacionalismo, enquanto que Leonel Brizola evoluiu para uma postura mais claramente anti-capitalista, radicalizando ainda mais os trabalhistas e facilitando o trânsito daqueles para as organizações comunistas, que levariam a cabo a luta armada a partir do ano de 1968.⁶

Rapidamente Brizola incorporava uma linguagem cada vez mais anti-imperialista e com tintas socialistas, não obstante postular o alcance do socialismo pela via do trabalhismo radical. De acordo com Sento-Sé “sua rearticulação passava a girar em vários eixos, não se restringindo mais apenas aos antigos quadros do PTB, mas estendendo-se a outros grupos, incluindo aqueles que, após o golpe, optaram pela luta armada”⁷

5 A teoria da revolução permanente, cuja origem remonta a 1906, mas se cristaliza no livro *Balanço e Perspectivas*, escrito por Trotsky, esgrime a perspectiva da revolução por etapas e a do socialismo num só país. Em poucas tintas, aquela propunha uma ruptura com o economicismo e com o materialismo vulgar, evocando a totalidade como horizonte da análise. Postulava que a burguesia russa não seria como a francesa, pelo medo ao movimento operário, o que a levou a posições conservadoras. Dois aspectos se exigiam permanentes: o governo sob hegemonia operária, que avançaria no âmbito anticapitalista, e o poder operário na Rússia, que se expandiria pela Europa. Por fim, do ponto de vista prático, o cumprimento das tarefas democrático-nacionais deveria ocorrer sob hegemonia do operariado.

6 A “Organização Revolucionária Marxista - Política Operária” (ORM-POLOP), ainda em seu processo de formação, recebeu um afluxo de ex-militantes do PTB que se radicalizavam na conjuntura política de 1961-64. O estudo do perfil social e profissional de organizações como a “Vanguarda Popular Revolucionária” (VPR), o “Comando de Libertação Nacional” (COLINA) e o “Movimento Armado de Resistência” (MAR) atesta a presença de ex-militares nacionalistas ligados a Brizola.

7 SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo: estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 70.

Ao longo dos anos, Brizola foi indagado sobre um possível posicionamento em favor da derrubada do Congresso, por ser esse, do ponto de vista de Brizola, profundamente antipopular. A análise dos discursos do ex-governador, proferidos na época e anos depois, parecem não apontar claramente para uma defesa clara de derruba do Congresso Nacional.⁸ De sua parte, Argelina Figueiredo sustenta que o nacionalismo revolucionário de Brizola deixou de apostar na via parlamentar para levar adiante o programa nacional-reformista, donde o estreitamento das possibilidades de barganha política. Segundo a autora, aquelas esquerdas acreditavam que já haviam acumulado força suficiente para o enfrentamento.⁹

O que parece salutar observar é que as posições crescentemente radicais do nacionalismo revolucionário obedeceram muito mais ao processo de acirramento da luta de classes daquele período, exigindo de todas as partes envolvidas uma estratégia de preparação e mobilização para o desfecho, que parecia ser inconciliável e iminente. Desta maneira, é que Paulo Schilling¹⁰ observa que Brizola acreditava que a assinatura do decreto de expropriação das refinarias particulares poderia desencadear ondas de violência, motivo pelo qual as forças populares deveriam estar preparadas. Moniz Bandeira, ao entrevistar Brizola, rememora a epopeia de 1961 e percebe que, para o ex-governador gaúcho, aquele grande evento havia se tornado um marco da luta política nacional e que para tanto, restava às forças progressistas se prepararem para o combate frontal e decisivo.

A despeito das qualidades de Brizola, o nacionalismo revolucionário brasileiro comportou vicissitudes em face mesmo das particularidades do seu maior expoente. Segundo Schilling, Brizola sempre hesitara em romper com o PTB, de modo que formou diversas frentes mais à esquerda, por não conseguir radicalizar o partido. Só em 1963 é que Brizola articulou a “Frente de Mobilização Popular” os “Grupos de Onze”, estes pensados como uma futura organização revolucionária, cujo braço armado seria constituído pela oficialidade nacionalista,

8 Dezoito anos depois, Brizola confidenciara a Moniz Bandeira, numa entrevista em Paris, que suas críticas endereçadas à institucionalidade deveriam ser entendidas como uma crítica contundente à legislatura e não ao Congresso Nacional. As reformas deveriam ser levadas a efeito pelo Congresso ou pelo Executivo mediante uma delegação de poderes advinda do poder Legislativo.

9 FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

10 SCHILLING, Paulo R. *Como se coloca a direita no poder: os protagonistas*. São Paulo: Global Editora, vol. 1, 1979.

sargentos e marinheiros. Em três meses já haviam se formado quarenta mil Grupos de Onze.

Vale notar que o nacionalismo revolucionário não alcançara os trabalhadores rurais apenas pelo caminho das “Ligas Camponesas”. Considerando que os expoentes do nacionalismo revolucionário disputavam entre si a liderança de tão formidável movimento, Brizola, na sua disputa com Arraes e Francisco Julião, concitara os trabalhadores rurais do interior gaúcho a formarem o “Movimento dos Agricultores Sem - Terra” (MASTER), lançado pelos deputados Ruy Ramos e Milton Serres Rodrigues, com o objetivo de conscientizar e organizar, não apenas os 300 mil camponeses sem - terra existentes no estado, mas também os minifundiários da região. Os nacionalistas revolucionários brizolistas acreditavam que o MASTER promoveria levantes camponeses pelo interior do estado, capazes de conferir um conteúdo revolucionário às lutas rurais e de reforçar a política revolucionária nos meios urbanos.

De retorno ao núcleo do texto, cumpre-se agora mergulhar com mais profundidade nas entranhas do nacionalismo revolucionário, a fim de enfeixar algumas luzes sobre o fenômeno dos chamados Grupos de Onze, ou “Comandos Nacionalistas”. Vale notar, antes de tudo, que não se ousa aqui medir o tamanho dos nacional-revolucionários apenas pela quantidade de Grupos ou Comandos. Veja-se, como exemplo, a constatação de Jorge Ferreira sobre a massa de suboficiais das Forças Armadas que acompanhavam Brizola. Pelas suas contas, dos 40 mil sargentos, 22 mil eram brizolistas, e por certo, muitos desses não faziam parte dos Grupos ou Comandos. Por certo também, muitos que participavam daqueles organismos políticos não eram sargentos, mas nacionalistas da linha brizolista.

Perscrutando documentos do DOPS gaúcho sobre as investigações e inquéritos acerca de Grupos de Onze, é possível observar uma quantidade exorbitante de Grupos que existiram naquele período, só no estado do Rio Grande Sul. Assim, cidadelas minúsculas daquele estado chegaram a comportar trinta, quarenta Grupos simultaneamente.

Paulo Schilling,¹¹ olhando para trás, lamenta o fato de os Grupos de Onze realmente não terem se constituído no Exército Revolucionário, posto que foram tardiamente estruturados e não tiveram tempo para amadurecer suficientemente. Uma olhada atenta aos documentos do projeto “Projeto Brasil Nunca Mais” permite concordar que os Grupos de Onze, se amadurecidos, teriam estrutura e dinâmica complexas, como sustentou Schilling.

11 SCHILLING, Paulo R. *Como se coloca a direita no poder: os protagonistas*. São Paulo: Global Editora, vol. 1, 1979.

Para efeito de ilustração acerca do processo de constituição dos Grupos de Onze içamos um excerto de um processo judicial que desnuda a forma como se processava formalmente a instauração dos nominados Grupos, talvez mesmo para que se tivesse uma ideia de quantos daqueles já se tinham formado. O texto remetido a Brizola relatava:

Nós, os 11 (onze) brasileiros abaixo-assinados, constituindo nesta data um 'Comando Nacionalista' passo da Taquara, município de Rio Pardo-RS, escolhemos para líder e comandante o companheiro [...] e nesta data, estamos também nossa decisão ao líder nacionalista Leonel Brizola de nossos objetivos: defesa das conquistas democráticas de nosso povo, realização imediata das Reformas de Base (principalmente a Reforma Agrária) e a libertação de nossa Pátria da espolição internacional, conforme a denúncia que está na Carta-Testamento do presidente Getúlio Vargas. Passo da Taquara, [...] de [...] de 1964.¹²

A resposta de Brizola ao informe da constituição de um novo Grupo de Onze conseguimos encontrar noutro processo, instaurado na Guanabara e só a esse estado remetido:

Senhor Jair Nunes Macuco, Praça Getúlio Vargas, cento e nove, Carmo, estado do Rio de Janeiro. Estamos remetendo instrução para organização dos Comandos Nacionalistas. Aguardamos notícias sobre resultados das atividades prezado companheiro. Organizados venceremos. Saudações, Leonel Brizola. Avenida Franklin Roosevelt, 845, sala 401; GB.¹³

Em realidade, o nacionalismo progressista ao sul do Brasil começou a ser organizado bem antes do final do mês de novembro de 1963, quando foi lançado o chamamento de Brizola para a constituição dos Grupos de Onze ou Comandos Nacionalistas. Em 22 de agosto de 1957, o Jornal *A Tribuna*, de Porto Alegre, noticia a formação de um "Núcleo Nacionalista" no bairro do Passo D'Areia, zona norte da cidade, a partir de um ato público que se organizou por meio de um memorial, que circulou entre os moradores do bairro.¹⁴ O Núcleo Nacionalista de Porto Alegre postulava a defesa das riquezas nacionais, a defesa da soberania, a luta contra o analfabetismo, a nacionalização dos serviços públicos, da energia elétrica etc.

12 Arquivo Edgar Leuenroth (Unicamp) - *Projeto Brasil Nunca Mais*. Anexo: BNM 64. A partir de agora, as referências às fontes que se encontram nesse arquivo virão referenciadas através do número de seus anexos.

13 Anexo BNM 131

14 Anexo BNM 3836

Já o Jornal *Folha da Tarde*, de 26 de agosto de 1957, noticia a constituição da “Federação Nacionalista do Rio Grande do Sul”, que dentre outras finalidades, tinha como dever estimular a formação de “Núcleos Nacionalistas” e realizar um congresso nacionalista no estado, do qual sairia o lançamento solene do movimento nacionalista no pampa gaúcho.¹⁵

A massa documental autoriza esse texto a afirmar que o movimento nacionalista revolucionário, nascido em fins dos anos 1950, ainda postulava ações menos radicais - como educar as massas para votar nos candidatos nacionalistas - comprovando, o que se sustentou anteriormente, que os nacional-revolucionários radicalizaram porque o contexto empurrou a todos para o processo de radicalização.

Poucos anos mais tarde, o discurso nacionalista de esquerda já havia se modificado substancialmente, conforme noticiou o jornal *Correio do Povo* do dia 18 de junho de 1963: ocorrera em Porto Alegre uma reunião da “Frente de Mobilização Popular” (FMP) em que se deliberou no sentido de que a Frente “deverá arregimentar forças populares, devendo através de mensagens, dirigir-se ao senhor Presidente da República e Congresso Nacional, pleiteando a urgente necessidade das reformas de base, em especial a reforma agrária”.¹⁶

Apesar de os Grupos de Onze ou Comandos Nacionalistas não terem reagido ao golpe de modo conjunto em abril de 1964, a documentação analisada nos mostra uma outra face daqueles agrupamentos. Se, na prática, os grupos ou comandos não atingiram um certo grau de organicidade, isto não se deveu à falta de esforços nessa direção. Esforços, inclusive, que ficaram registrados para a história, como a documentação dos Anexos do “Projeto Brasil Nunca Mais”.

Num documento, retirado do interior de um Processo,¹⁷ o que chama a atenção é o manifesto de Brizola escrito em 29 de novembro de 1963, o qual versa sobre a organização dos Grupos de Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas. Esse talvez seja o texto fundador para a constituição dos nominados Grupos. Já na introdução se pensava caminhar para o desfecho de um período iniciado com o fim da II Guerra Mundial, donde:

O Presidente Getúlio Vargas, em 1954, decidiu morrer, dramaticamente, para que nós brasileiros, sob o impacto de seu sacrifício, viéssemos a compreender a grande mensagem contida na carta-testa-

15 Anexo BNM 3836

16 Anexo BNM 2947

17 Processo BNM 85

mento. O imortal brasileiro decidiu morrer para que despertássemos. Sua mensagem é uma convocação dirigida a todos os brasileiros e patriotas para a luta contra a espoliação internacional de nossa pátria, por ser esta a causa e origem profundas deste quadro de injustiça, de sofrimento, de angústias e de pobreza que vêm tornando a vida humana insuportável em nosso país.¹⁸

Sobre o suposto desfecho afirmado por Brizola, o mesmo apresentava um quadro em que o povo a cada dia manifestaria mais sua inconformidade com a situação, ao passo que uma minoria apertaria o cerco para se manter no poder. Brizola argumentara que, sem justiça social, não haveria liberdade e tampouco dignidade e oportunidade para o povo brasileiro. O contrário seria a submissão, o atraso e a fome, a manutenção das oligarquias e da exploração do homem pelo homem. Sem a libertação econômica e social não haveria soberania. A hora da grande opção havia chegado, “ou estaremos com o povo ou com o antipovo; ou seremos patriotas, ou traidores com nossas atitudes ou nossa indiferença”.¹⁹ Acreditava-se que milhões de brasileiros já haviam se conscientizado dos problemas do país e desejavam fazer algo para mudar o quadro econômico-social, daí organizar esse povo em Grupos de Onze.

Se, em curto espaço de tempo, conseguirmos estruturar uma organização razoável, estarão criadas as condições para que nosso povo, na hora do desfecho que se aproxima, nos momentos em que pretendam garrotar as nossas conquistas democráticas, venham assumir uma posição, não apenas em defesa de suas liberdades, mas também para caminhar, por si mesmo, em busca de sua própria libertação. O que cabe fazer, portanto, neste momento a todos nós é exatamente: organização, organização e organização.²⁰

O caminho da luta deveria ser a constituição dos Grupos de Onze, donde Brizola:

A idéia da organização dos Grupos de Onze companheiros inspira-se justamente numa realidade existente em nosso País [...] no empenho de colocar o problema da organização popular ao alcance da compreensão e das potencialidades de nossa gente. Essa realidade é o conhecimento e a experiência adquiridos pelo nosso povo, em

18 Processo BNM 85, p. 1

19 *Idem*, p.3

20 BNM 85, pp. 4-5

matéria de organização de equipes humanas para a prática do esporte popular, o futebol – hoje difundido e praticado sem exceção em toda parte do território nacional, mesmo nas mais longínquas aglomerações humanas. Todos sabem que um time de futebol é composto de onze integrantes, cada um com suas funções específicas e dentre eles, um é escolhido para capitão ou comandante da equipe; todos sabem que neste caso deve haver uma ação coordenada entre todos e que a equipe pouco significa se cada um de seus integrantes age por si isoladamente, sem comando, sem unidade de conjunto, sem adequada combinação entre todos [...]. Agora passamos a viver uma fase que se compara aos momentos que uma equipe esportiva tem de entrar em campo para enfrentar o adversário organizado [...] daqui por diante, indispensavelmente, precisamos agir, pensar e atuar organizados, em equipes, cada um com suas tarefas e atribuições. Um homem só, daqui por diante, é apenas um homem só.²¹

Para concretizar o intento, Brizola exortava os Grupos a criarem um sistema de avisos, “de tal modo que o grupo possa se reunir ou se mobilizar em minutos, para o caso, por exemplo, de ameaça ou iminência de um golpe contra nossos direitos e liberdades.”²²

Finalizando o manifesto, Brizola fornece instruções para como dar início à organização de cada Grupo de Onze, dicas para onde enviar, no caso, à Rádio Mayrink da Veiga, no Rio de Janeiro. Por fim, conclama a todos para assistirem, como tarefa política, às transmissões em que discursava às sextas-feiras à noite. As instruções para a organização dos Grupos não ficaram limitadas ao manifesto. Pelo contrário, muitos foram os esforços para organizar os interessados e estabelecer uma dinâmica nos Grupos. Os Comandos Nacionalistas chegaram a produzir documentos para sua constituição e funcionamento, tais como deveres dos dirigentes de Comandos,²³ deveres dos militantes,²⁴ Códigos de Segurança dos Grupos.²⁵

Os nacional-revolucionários, em 1964,²⁶ estavam muito otimistas com a proliferação dos Grupos de Onze. Para eles, a ideia de organização do povo sob a forma de Comandos Nacionalistas havia frutificado de maneira positiva. Milhões de brasileiros estariam integrando os

21 BNM 85, pp. 6-7

22 BNM 85, p. 7

23 Anexo BNM 3820

24 Anexo BNM 3822

25 Anexo BNM 3821

26 Anexo BNM 3823

Grupos de Onze sob a palavra de ordem: “organizados venceremos”. Acerca da promoção ou da organização de um Comando Nacionalista, instruía o documento:

O primeiro passo a ser dado pelo companheiro que pretende organizar um CN ou Gr-11, seja um delegado organizador ou não, é a leitura e estudo destas instruções e do manifesto do deputado Leonel Brizola quantas vezes forem necessárias até uma segura compreensão dos fins e objetivos da organização. O segundo passo da organização é procurar os companheiros com os quais tem convivência e ligações de confiança preferencialmente entre seus vizinhos ou colegas de trabalho. De início conversar com apenas dois ou três chegados e debater a ideia, a necessidade e objetividade da organização dos Gr-11. Ler nessa ocasião as instruções e o manifesto do deputado Leonel Brizola [...] O terceiro passo é o recrutamento dos demais companheiros do grupo até o número de 11, também preferencialmente entre os vizinhos ou de contato diário, mais fácil e permanente [...] Finalmente, os companheiros reunir-se-ão para fundar e instalar o Grupo de 11. Dedicar a primeira parte da reunião à leitura, estudo e meditação do que se conte, neste manual, ao exame da situação política e da crise econômica e social que estamos atravessando [...] proceder à leitura solene com todos os onze companheiros de pé, momento que significa a tomada de compromisso dos integrantes do Grupo, do texto da Ata e da Carta-Testamento do Presidente Getúlio Vargas. O compromisso que assumem os integrantes de um Gr-11, no momento de instalação (leitura da Ata e da Carta-Testamento) significará não apenas a integração de todos na luta e atuação organizada em defesa das conquistas democráticas de nosso povo (luta e resistência contra qualquer tentativa de golpe, venha de onde vier), pela instituição de uma democracia autêntica e nacionalista, pela imediata concretização das reformas, em especial a reforma agrária e urbana, a sagrada determinação de luta pela libertação de nossa pátria da espoliação internacional.²⁷

A questão das comunicações era vital para os Grupos de Onze, e não à toa se delegavam dois integrantes para tal função. Em caso de necessidade, o grupo deveria ser convocado para determinado local e hora estabelecidos: “A eficiência do Grupo depende da rapidez com que puder atuar na eventualidade, por exemplo, de termos de resistir contra qualquer golpe ou violência às liberdades e conquistas democráticas de nosso povo.”²⁸

27 BNM 3823, p.1

28 BNM 3823, p.2

Na medida em que os Grupos se multiplicavam, novas estruturas de comando iam surgindo, sempre de maneira crescente, complexa e verticalizada. Embora felizes com a proliferação dos Comandos, o que se desejava, desde o princípio, era mais a capacidade de mobilização e luta do que a quantidade de adeptos:

O que mais importa não é a quantidade de Gr-11 organizados numa cidade ou município. Não interessa a nossa causa grupos pouco ativos, praticamente inexistentes, apenas constituídos no papel. É melhor que de início sejam poucos, mas de existência real, atuantes, conscientizados e com capacidade de ação.²⁹

Para além das preocupações organizativas e dos procedimentos tático-estratégicos, os nacional revolucionários preocupavam-se em constituir os Grupo de Onze sempre com a mais ampla heterogeneidade social. Todavia, apesar do primado da heterogeneidade, fica clara a tendência do movimento nacionalista pelo recrutamento de jovens, considerados de suma importância para o movimento ao lado das classes trabalhadoras. As mulheres, por sua vez, deveriam formar seus próprios Grupos.

Embora, até agora, o caráter dos Comandos Nacionalistas ou Grupos de Onze tenha sido mais organizativo do que combativo, as chamadas “Instruções Secretas” para aqueles grupos revelam uma outra face dos nacionalistas revolucionários e dos trabalhistas radicais. Nas referidas Instruções, escritas pelo comandante supremo, verifica-se o seguinte:

Os Grupos de Onze Companheiros têm por finalidade precípua servir como instrumento principal e vanguarda do movimento revolucionário que libertarão o país da opressão capitalista internacional [...] com a finalidade de instituir no Brasil um governo do povo, pelo povo e para o povo. Os G-11 serão como foi a ‘Guarda Vermelha’ da revolução socialista de 1917 na União Soviética, da qual seguirá o vitorioso exemplo.³⁰

Mais adiante, afirma-se categoricamente que os militantes não deverão se prender a justificativas para atos violentos, o que parece instigar à luta, inclusive militar. Adverte-se ainda que, a todo o momento, os militantes deverão se preparar para a possibilidade de confronto

29 BNM 3823, p. 4

30 BNM 3285, p.1

real, e, por isto, deveriam desde já estudar técnicas de guerrilha. Colocava-se como necessário aprender técnicas de guerrilha porque, em face da ignorância no assunto, haviam perdido momentos importantes para encetar a libertação nacional, possivelmente se referindo a 1961.

Alertava-se para que os Grupos se armassem do que fosse possível para o “momento supremo” porque as armas pesadas seriam logo fornecidas pelos militares aliados. Nesse dia, os camponeses fariam sua parte no campo, orientados pelos comandantes dos Grupos. Por esse caminho, parece haver também um esboço de luta articulada entre campo e cidade. Desde já, cumpre notar que os encaminhamentos estratégicos, presentes nos documentos citados, não correspondem à generalidade dos demais, pois do contrário, ter-se-ia que aceitar a tese de que os nacional-revolucionários, a despeito do contexto, caminhavam para a luta armada.

Embora não se tenha dado tempo suficiente para se organizar como de fato se objetivava, alguns Grupos de Onze gaúchos se mobilizaram para o combate quando do desfecho golpista de 1º de abril. Exemplo do que se afirma é o telegrama de um líder de Grupo de Onze, Dirceu de Almeida Lima, para Jango, informando que já estavam mobilizados e dispostos a entrar na luta pela defesa da ordem constitucional.³¹ Ou então o telegrama de João Carneiro para Brizola, informando que estava à disposição do Partido Trabalhista para a luta em defesa da ordem constitucional.³² Ainda mais, um Comando Legalista da cidade Taquara, no momento da tragédia de abril de 1964 escreveu:

A Pátria está em perigo. Cada cidadão de Taquara é chamado a cumprir com o seu dever. Pelos teus filhos, pelas tuas liberdades, una-te aos legalistas contra o golpe e a traição. O Comando Legalista de Taquara, em reunião permanente no recinto da Câmara de Vereadores, convoca todos os taquarenses a se alistarem no voluntariado da legalidade. De pé pelo Brasil! Pelo Comando Legalista de Taquara, assina Theophilo Sauer.³³

O mesmo Sauer era presidente do Diretório Municipal do PTB e assim escreveu:

Na qualidade de presidente do Diretório Municipal do glorioso Partido Trabalhista, convoco urgentemente a todos os seus mem-

31 Anexo BNM 3937

32 Anexo BNM 3938

33 Anexo BNM 3801, p. 1

bro para se reunirem na Câmara de Vereadores, hoje à tarde, às 14 horas. Esta hora grave não permite indecisões. Unidos venceremos os golpistas. De pé pelo Brasil.³⁴

A História parece mostrar que os Comandos Nacionalistas estavam mais avançados no papel do que na prática. Doravante ilustrar-se-á o texto com dois exemplos de estruturas nacionalistas que alcançaram um grau de maturidade interessante. Trata-se do Diretório do PTB General Ernesto Dornelles e do Grupo Espártaco.

O Diretório General Ernesto Dornelles constituía-se essencialmente de integrantes da Brigada Militar do estado gaúcho. Sua capacidade organizativa chama a atenção, uma vez que mantinha a produção de boletins informativos, manifestava-se politicamente, escrevia para políticos e chegou mesmo a montar um esquema para a eventualidade de um golpe contra as forças populares. O golpe aconteceu, mas o Diretório não entrou em ação.

Ilustremos o texto com o Boletim Informativo nº 2, o qual apresenta um caráter informativo e formativo, posto que inicia abordando o êxito eleitoral dos candidatos do PTB nas eleições, mas logo a seguir passa a discutir a reforma agrária como sendo muito mais do que a simples entrega de um pedaço de terra ao trabalhador rural. Além da reforma agrária, aborda, com números, o analfabetismo no Brasil. Ao final, informa que se preparava pelo Comitê dos Jornalistas Pró-Reformas de Base da Frente de Mobilização Popular.³⁵ Outro Boletim, o de número 04, noticia a presença de um coronel da Brigada Militar no Legislativo estadual e apresenta um texto sobre a importância do voto, apontando alguns políticos trabalhistas como pessoas que honravam o voto da população.³⁶

No âmbito da ação política, num telegrama a Jango, manifestava-se um profundo descontentamento com a política econômica que onerava as classes trabalhadoras.³⁷ Em outro telegrama endereçado a Jango, os trabalhistas radicais assim se pronunciaram:

Diretório Gal Ernesto Dornelles, célula do glorioso Partido Trabalhista Brasileiro, solicita veementemente a imediata libertação, bem como não expulsão do Brasil do padre Alípio de Freitas, um dos líderes autênticos das Reformas de Base, reclamada pelo povo

34 Anexo BNM 3801, p.1

35 Anexo BNM 3763

36 Anexo BNM 3764

37 Anexo BNM 3794

brasileiro, que segundo sabemos, como muitos outros, está pagando na prisão pelo crime de defender os interesses do Brasil.³⁸

Em um documento datado de 17 de setembro de 1963, o Diretório se dirigiu a autoridades do estado no sentido de amparar a categoria dos policiais militares do Rio Grande do Norte e do Piauí, cujos salários apresentavam-se baixíssimos, inferiores ao salário mínimo regional. Em 31 de janeiro de 1964, o Diretório emitiu uma carta a um interessado em estruturar os Grupos de Onze no estado do Rio Grande do Sul, possivelmente em Santa Maria. A estrutura e a importância do Diretório Ernesto Dornelles os autorizavam, inclusive, a receberem as atas de fundação dos Grupos para depois remetê-las ao Rio de Janeiro.

Em um documento datado de 17 de setembro de 1963, o Diretório se dirigiu a autoridades do estado no sentido de amparar a categoria dos policiais militares do Rio Grande do Norte e do Piauí, cujos salários apresentavam-se baixíssimos, inferiores ao salário mínimo regional.³⁹ Em 31 de janeiro de 1964, o Diretório emitiu uma carta a um interessado em estruturar os Grupos de Onze no estado do Rio Grande do Sul, possivelmente em Santa Maria. A estrutura e a importância do Diretório Ernesto Dornelles os autorizavam, inclusive, a receberem as atas de fundação dos Grupos para depois remetê-las ao Rio de Janeiro.⁴⁰

Por fim, tem-se que seus integrantes pensavam na possibilidade de ter que enfrentar um golpe de estado e, para tanto, haviam preparado um plano de emergência que teria como finalidade defender a ordem constitucional e não a tomada do poder. A população de Porto Alegre seria organizada em dois grandes núcleos de mobilização, nos bairros Partenon e Praia de Belas. Elementos da reserva seriam convocados e todos os meios de comunicação possíveis para organização imediata da população seriam utilizados. A direção do Comando Central da Reserva teria à frente o coronel Venâncio Baptista com os elementos por ele escolhidos. Este Comando manteria estreito contato com os comandos superiores com vistas à utilização dos elementos mobilizados e por fim previa-se a formação de unidades e estruturação da sede que seria no Batalhão de Polícia.⁴¹

38 Anexo BNM 3796

39 Anexo BNM 3782

40 Anexo BNM 3761

41 Anexo BNM 3793

Um outro grupo estruturado pelo nacionalismo revolucionário que chama a atenção é o grupo gaúcho denominado “Grupo Espártaco dos Comandos Nacionalistas”. Em uma dada oportunidade, como fruto do seu processo de ampliação e desenvolvimento, o Grupo Espártaco, em 11 de janeiro de 1964, solicita à Editora Vitória a rodagem de uma cartilha de politização para o povo em geral. A princípio, a ideia era a de distribuir gratuitamente o referido material, todavia, a direção do Espártaco declina de sua proposta por considerar que uma cartilha dada não seria valorizada, e, por isso, cobrar-se-ia uma pequena taxa.⁴²

Mais interessante é um documento, também dirigido à Editora Vitória, em que o Grupo Espártaco solicita resposta sobre a revista em quadrinhos que se havia preparado para a população alfabetizada. Na carta aparece a justificativa de ser em quadrinhos, pois até a Igreja havia percebido a facilidade do povo para ler as coisas sob a forma de quadrinhos, e, para tanto, havia feito um material sobre a história de Cristo e outros santos, no formato.⁴³

Entre algumas publicações do Grupo, aparece uma de janeiro de 1964, intitulada “historinha para crianças de 18 a 50 anos”. O título era “Zé Pelego e Zé Proleta”. Zé pelego é tido como o funcionário que se dedica ao trabalho, mas como recebe mal, faz bicos e horas extras. Ele vê as contas subirem e seu salário decrescer, mas não faz nada. Zé Pelego se revolta com as diferenças entre a vida dele e de seu patrão, mas se mantém calado e resignado. O texto mostra inúmeras organizações a que Zé Pelego poderia se vincular, entretanto, mostra mesmo assim um sujeito apático que não busca a organização para se fortalecer na luta contra aqueles que estão organizados para explorá-lo. Aparece, na historinha, um personagem antinômico à Zé Pelego, o Zé Proleta, que luta, organiza-se e conscientiza seus colegas trabalhadores.

Por fim, observa-se que a saída seria se vincular aos Comandos Nacionalistas, aos sindicatos, à Frente de Mobilização Popular para enfrentar a exploração do homem pelo homem, deixando, a partir disso, de ser um Zé Pelego para se tornar um Zé Proleta.⁴⁴

Uma última publicação que vale a pena salientar chama-se “ABC do Trabalhador – cartilha de conscientização popular”, publicada pelo Grupo Espártaco dos Comandos Nacionalistas, em 1964. Nessa cartilha aflora o otimismo do Grupo quando afirma o seguinte:

42 Anexo BNM 3132

43 Anexo BNM 3130

44 Anexo BNM 3131

Aos nossos irmãos operários, estudantes, camponeses e militares: é inegável que atravessamos um momento em que se acelera a marcha do processo revolucionário. A revolução – entendida como um processo contra a despersonalização e escravização do homem – está no coração da grande maioria do nosso povo e caminha a passos largos para a conquista daquela minoria de trabalhadores ainda não integrados a este processo. A revolução, portanto, está ganhando as ruas.⁴⁵

Na sequência da cartilha, ainda na parte introdutória, os índices alarmantes de doenças e desemprego são abordados, de forma que, mais uma vez, fala-se da ascensão do movimento e da participação popular. Dessa feita, tinha-se que a adesão ao movimento pela libertação nacional vinha crescendo. Para o Grupo isso se devia ao fato de que uma boa parte do povo ainda vivia a ilusão de que a burguesia poderia realizar as reformas necessárias ao desenvolvimento do país e emancipar a classe trabalhadora brasileira. Note-se que esse discurso destoa do discurso dos demais nacionalistas, que apostavam em uma aliança com a burguesia nacional, como vimos páginas atrás. Nesse sentido afirmava-se na cartilha do Grupo:

Não é crível, e, muito mais do que isso, não é possível à própria burguesia fazer a revolução proletária. Este é um papel histórico que somente o proletariado, como classe interessada, poderá desempenhar. Sem povo não há revolução, não há mudança de estrutura. Sem participação do povo não há democracia.⁴⁶

Adiante, a cartilha descreve o que é ser pelego e informa que, mesmo aqueles patrões que fazem concessões (como ter restaurante na fábrica), não são bonzinhos e sim astuciosos. O documento, mais uma vez, define o caráter socialista do Grupo Espártaco quando se afirma que:

Mas em vez de lutar contra o capitalismo, não podemos lutar por um sistema capitalista mais justo, mais humano? Não, o capitalismo, em si, é desumano, e esta é uma condição sem a qual ele deixaria de existir. Sabemos que existe competição pelo domínio de mercados. Ora, para poder aguentar a concorrência e enfrentar as crises, o capitalista precisa dispor de um fundo de reserva poderoso. Vivemos uma espiral inflacionária, e, por isso, o fundo de reserva precisa ser aumentado constantemente. Para aumentar este fundo de reserva,

45 Anexo BNM 3133, p. 1

46 Anexo BNM 3133, p. 3

o patrão precisa aumentar seus lucros. Para aumentar seus lucros, precisa explorar os seus empregados mais cruelmente ainda. Por isso, com capitalismo é impossível melhorar, o que precisamos é mudar.⁴⁷

A cartilha prossegue mostrando que no capitalismo, nem mesmo o aumento da produção melhoraria a situação, e ainda aponta esse mesmo capitalismo como a causa da carestia. Discorre, mais à frente, sobre o capital estrangeiro que chega ao Brasil e não beneficia o povo, e sobre a farsa da democracia no Brasil, mas que uma ditadura seria péssima. A cartilha chega ao fim com a pergunta: “O que resolve então?” O que resolveria seria o esclarecimento do povo e sua organização para que participasse da vida política.

Resolve preparar o povo para que, mais tarde, a classe operária esteja apta a seguir o próprio destino, a saber, distinguir com clareza os rumos políticos e econômicos que deve imprimir à nação, fazendo prevalecer os interesses da classe trabalhadora, que é a maioria, destruindo os privilégios antissociais e anticristãos dos exploradores do povo, dos inimigos do povo, que são uma minoria parasitária. Resolve filiar a classe trabalhadora às organizações populares, aos sindicatos, à Frente de Mobilização Popular, aos Comandos Nacionalistas, ao Máster, etc. Assim, estaremos preparados para lutar pela nossa libertação econômica; assim organizados poderemos enfrentar o antipovo – os trustes norte-americanos e seus agentes nacionais [...] Mas somente com a organização do povo isso será possível. Pois, se é verdade que uma andorinha só não faz verão, também é verdade que a união faz a força. O povo, quando unido e firmemente disposto a lutar pelo seu pão, pela sua terra, pela sua casa, pelos seus filhos – o povo unido é invencível.⁴⁸

O que se pode notar é um processo de amadurecimento político e ideológico, porque no tocante à luta concreta, com armas na mão, apenas se vislumbrou e o malogro da resistência ao golpe em 1964, atesta irrefutavelmente o que se afirma aqui. Todavia, os nacional-revolucionários, ainda que despreparados e tardiamente, lançaram-se à resistência armada e protagonizaram o movimento de luta contra a ditadura entre, 1964 e 1967.

Antes de iniciarmos a narrativa acerca dos feitos nacional-revolucionários a partir da instauração da ditadura civil-militar, cumpre notar que, no dia 1º de abril de 1964, no estado do Rio Grande do

47 Anexo BNM 3133, p. 22

48 Anexo BNM 3133, p. 39

Sul, mormente em sua capital, muitas foram as iniciativas para encetar a resistência ao golpe. Em um telegrama enviado no dia 1º de abril de 1964 por Walmir Taborda, trabalhista brizolista, a Eugênio Castagna, liderança dos Grupos de Onze em Palmeira das Missões, aparece a frase: “Espero esteja a testa valoroso grupo, acompanhar nosso chefe Brizola. Nos encontramos talvez campo de batalha”.⁴⁹ O caráter massivo dos Grupos era tal que, na região, até o padre e o prefeito eram acusados de participação. Mais do que contatos entre lideranças, outros documentos dão fortes pistas de que teria havido um chamamento de lideranças de Grupos de Onze de todo o estado para uma reunião emergencial em Porto Alegre, entre os dias 1º e 2 de abril de 1964.⁵⁰

As tentativas de contenção ao golpe partiram de Brizola e de outros quadros do PTB, mas também do ímpeto de alguns cidadãos espalhados pelos rincões do Rio Grande. Sereno Chaise, prefeito de Porto Alegre na ocasião, solicitou a um militante, de nome Euclides, para que paralisasse o sistema de transportes de Cachoeirinha, região operária da Grande Porto Alegre. Na madrugada do dia 1º, Euclides, utilizando, uma camioneta da prefeitura, impediu que os ônibus circulassem. A saída foi transportar os trabalhadores em caminhões⁵¹. Na cidade de Gravataí, um integrante do poder municipal chegou a solicitar o estoque de combustível do município como se fosse a pedido de um oficial do III Exército.

Na cidade de Cerro Branco, o subprefeito Willy Scheffel, sabendo que, em outros municípios, tentava-se organizar a resistência, no dia 1º de abril tentou mobilizar a Brigada Militar do distrito para dar vida a uma nova epopéia como a de 1961.⁵²

Em Santa Bárbara do Sul, o vereador petebista Adão Pedro ordenou para que um militante arregimentasse quantas pessoas pudesse para marchar sobre a cidade no dia 2 de abril. Evaristo fora demovido do intento pelo prefeito Vitorio Caetano, tendo esse afirmado que a oportunidade viria e que o recuo não significava desmobilização. Adão Pedro ainda recebera um telegrama de Brizola em que se lia: “Aguarde instruções”.⁵³

49 Processo BNM 85

50 Processo BNM 562

51 Processo BNM 347

52 Processo BNM 64

53 Processo BNM 288

A resistência, bem se sabe, fracassou em nível nacional, de maneira que, no Rio Grande do Sul, o coroamento da desistência pela reação enérgica se deu com o pronunciamento do prefeito de Porto Alegre, Sereno Chaise, numa emissora de rádio pela rede da legalidade, em que reconhecia a vitória dos golpistas e dava por encerrada a luta.⁵⁴

A cidade de Porto Alegre, baluarte do trabalhismo revolucionário, vivera um frenesi político. Unidades do Exército mantinham-se sob o comando de oficiais nacionalistas e milhares de pessoas saíram às ruas para protestar contra o golpe. Defronte à prefeitura da capital, realizou-se um vigoroso comício no qual várias lideranças esquerdistas concitaram o povo à resistência. O Tenente-Coronel da reserva, Pedro Martins Alvarez, que no dia 10 de março já havia insuflado as massas discursando na “Grande Concentração Cívico-Popular” na cidade em questão, pronunciou um contumaz discurso no dia 1º de abril, exortando a todos para uma reação imediata.⁵⁵ Sabendo que o governador Ildo Meneghetti havia debandado para Passo fundo, Alvarez convocou a multidão para tomar a sede do governo do estado, uma vez que seu anfitrião já o havia abandonado. Sereno Chaise, próximo ao Palácio Piratini, foi quem conseguiu demover Alvarez e os demais manifestantes de tal intento.

Em seu discurso, o Tenente-Coronel Pedro Alvarez exclamava:

[...] Eles passaram para a ilegalidade, estão fora da lei, e nós gaúchos, outra vez vamos desfraldar a bandeira da legalidade para esmagar os gorilas, para formar um governo do Brasil para os brasileiros. Estamos, companheiros e companheiras do Rio Grande do Sul e do Brasil, estamos numa luta, uma luta decisiva para os destinos da nação brasileira [...] revolução diz o povo, a nossa revolução é a revolução das Reformas de Base, ou pacificamente, ou de armas na mão para acabar com a exploração do homem pelo homem, na terra brasileira [...] E esta prefeitura da capital do nosso estado é a nossa trincheira. Companheiros e companheiras, daqui desta trincheira nossas palavras de ordem haverão de ser ouvidas, discutidas no interior do Rio Grande e no Brasil inteiro, e nós, junto com o povo, tendo à frente o comando do glorioso III Exército, nós haveremos de seguir, civis e militares, juntos e organizados [...] Se em 1930 o Rio Grande esteve de pé pelo Brasil, hoje, 1964, o Rio Grande com Leonel Brizola, com os líderes sindicais, com o operariado e o povo e juntos com o III Exército, nós haveremos de impor nossa vontade e de fazer com que a reação capitule de joelhos diante da vontade do povo [...] É urgente a participação ativa de todos os homens, de todas

as mulheres para nossa luta, luta essa que nós já estamos mobilizando o povo através do voluntariado, para formar milícias populares. O povo confia no atual comandante do III Exército, no ilustre militar, general Ladário Pereira Teles, porque veio do Rio de Janeiro para aqui, para fazer que seja cumprida a vontade do povo gaúcho [...] É preciso que fique bem claro, a nossa luta é a luta contra aqueles que estão fora da lei [...] Companheiros e companheiras do Rio Grande do Sul, a hora é de luta, a hora é de decisão, e nenhum de nós pode ficar indiferente aos acontecimentos que se precipitam. Cada hora, cada minuto, deve ser por nós aproveitados no sentido de unir o povo, organizá-lo para a grande jornada de 64. Se a reação em São Paulo tentar impedir a vontade popular, os gaúchos, junto com o III Exército, farão uma nova revolução de 30, a revolução de 1964 [...] A vocês, povo do Nordeste que estão nos ouvindo, confiai no gaúcho. O gaúcho já está com o pé no estribo, com o cavalo encilhado e de rédeas na mão para, junto com o III Exército, impor a vontade do povo à nação brasileira.⁵⁶

No calor dos acontecimentos, entre os dias 1º e 2 de abril de 1964, Porto Alegre figurava como a cidadela da resistência. Logo após assumir o III Exército, o general Ladário Telles entrou em reunião com Brizola e os deputados Wilson Vargas e João Caruso para discutir a crise. Na mesma reunião ainda figuravam o general Crisanto Figueiredo, líderes sindicais, militares e Bismar Borges, diretor do Departamento de Correios e Telégrafos.⁵⁷

Segundo Ivo, então presidente do Sindicato da Companhia de transportes de Porto Alegre, a CARRIS, ele e o major Pedro Alvarez foram os últimos a abandonar a sala do prefeito Sereno Chaise, quando Jango e Brizola já haviam fugido e estava vitorioso o golpe. Na ocasião, o prefeito insistiu e os ameaçou para que eles se retirassem, tentando comunicar-se com Brizola por telefone para que esse os convencesse a dar por encerrada a resistência. O major Alvarez teria chegado a sacar seu revólver e ameaçado para que Sereno Chaise não abrisse mão de resistir. Os dois se retiraram quando Chaise conseguiu falar com Brizola e esse comunicou aos persistentes que a resistência estava desarticulada. O prefeito pôs-se a irradiar que não haveria mais resistência, conforme já observamos linhas acima.⁵⁸

Da parte dos nacionalistas da Brigada Militar também houve um princípio de resistência. Desde algum tempo monitorados pelo serviço

56 Anexo BNM 3826, pp. 1-5

57 Processo BNM 284

58 Processo BNM 287

secreto do Exército, os investigados já vinham planejando a resistência, porque previam a eclosão de uma aventura golpista por parte da direita. O planejamento acontecia de forma madura. No comando central de um desses planos para a mobilização dos militares estava o coronel da reserva, Venâncio Baptista. Dezenas de oficiais optaram por apresentar-se para a resistência no Quartel General do III Exército, ou ainda se apresentarem à frente de quartéis para intimidar os oficiais e comandantes que não aderissem ao movimento pela legalidade.

A mobilização dos gaúchos foi insuficiente para impedir a vitória do golpe civil-militar de 1º de abril de 1964. Nem brigadianos, nem sindicalistas, nem estudantes, nem Brizola foram capazes de contra-atacar. A reação ao Sul do Brasil não passou de iniciativas esparsas e desarticuladas. Os Grupos de Onze não entraram em ação, por certo porque não haviam ainda alcançado um grau de maturidade orgânica. Brizola deixou o país e, de Montevidéu, montou seu Estado Maior para organizar o movimento de luta para derrubar os golpistas.

No imediato pós-golpe, pulularam reuniões e articulações para reverter a derrota. Numa destas, realizada próxima à cidade de Gravataí, o Deputado João Caruso afirmara que o sucesso da contraofensiva dependia da rapidez com que se desse o bote, preferencialmente dentro de seis meses. Nessa trilha, muitos grupos desejosos da revanche lançaram-se à conspiração revolucionária. Via de regra, os diversos grupos e organizações, comunistas ou nacionalistas, que se lançaram à luta contra a ditadura, foram atraídos para a órbita da liderança de Brizola e de seu “Estado Maior,” em Montevidéu. Por certo, o ex-governador gaúcho não fora o paladino da contraofensiva levada a efeito entre 1964 e 67, e, tampouco, a luta ficara circunscrita ao estado do RS. Maiormente, porém, foram os nacional-revolucionários que encetaram a luta contra a ditadura.

Em 21 de junho de 1964, a repressão ficou sabendo da realização de reuniões da resistência, interessada em contragolpear a ditadura há pouco instalada. As reuniões vinham se realizando todas as quintas e sextas-feiras. O sistema utilizado para a realização daquelas era o de reunir os revolucionários em pequenos grupos em pontos diferentes e, posteriormente, dirigirem-se ao local da reunião de grupinhos de, no máximo, três pessoas.⁵⁹

Uma dessas reuniões realizara-se numa sala alugada em nome do coronel Pedro Nehme, no centro de Porto Alegre, contando com a participação de 46 pessoas. Dessas reuniões estariam participando sublíderees como uma forma de preservar as lideranças do movimento.

No relato do Tenente Wilson, pessoa que se tornaria muito próxima a Brizola no Uruguai, aparece um quadro da mobilização nacionalista revolucionária. Na cidade de Santo Ângelo, interior gaúcho, o movimento já estaria bastante forte, uma vez que o prefeito era sargento do Exército e que, além de forças militares, contava-se com o apoio de núcleos de sem-terra remanescentes do MASTER. Nas cidades de Santiago, Cruz Alta e Ijuí o movimento vinha crescendo, ao passo que, na cidade ferroviária de Santa Maria, o movimento era excepcional. No âmbito da Brigada Militar, a possibilidade de adesão de brigadianos era muito grande. Até mesmo no corpo de bombeiros se podia contar com uma boa participação.

De Montevidéu, Brizola não deixava arrefecer o ânimo dos exilados e militares expurgados das Forças Armadas e da Brigada. Vários militares da ativa aguardavam o momento da virada política, que teria início no Rio Grande do Sul. Aos exilados em Montevidéu, que vinham passando por dificuldades, e aos nacionalistas, que se encontravam no Brasil, Brizola apresentou um plano que contaria com expurgados das Forças Armadas residentes no Brasil e militares da ativa.⁶⁰

Em Porto Alegre, no mês de novembro de 1964, Alfredo Ribeiro Daudt planejou a execução de uma operação da qual deveriam participar militares da Força Aérea Brasileira, do Exército e da Brigada Militar, além de grupos civis, no sentido de ocuparem a Base Aérea de Canoas, na grande Porto Alegre. Seriam tomados ainda por meio de um *putsch* os 18º e 19º Regimento de Infantaria do Exército e ainda o Quartel General.

O mesmo Daudt, no entanto, foi alcançado pela repressão no dia 26 de novembro de 1964. As forças do governo apreenderam documentos referentes à operação político-militar no dia que estavam em poder de uma das principais lideranças do movimento. Para tal intento estavam previstas a constituição de um Comando Geral responsável pela “missão secreta” e de Comandos Militares para as demais atividades. A ocupação da Base Aérea ensejaria a posterior utilização de aviões para dar início às Operações Pintassilgo 1, 2 e 3, as quais deveriam atacar objetivos não identificados, enquanto que, da ocupação do 19º Regimento de Infantaria, resultaria o deslocamento de tropas até o objetivo. O plano deveria atingir o interior do estado do Rio Grande do Sul, e, para tanto, diversas viagens foram feitas por militantes nacionalistas revolucionários.

A operação consistia num plano de âmbito nacional para derrubar o poder instalado em 1º de abril de 1964. Não havia previsão clara

60 Processo BNM 216

sobre a data do levante nacionalista-revolucionário, mas supunha-se que fosse em breve. Por um tempo, desenvolveu-se um trabalho de aliciamento de militares na Base Aérea de Canoas, na grande Porto Alegre, e de militares de outras unidades do Exército e Brigada Militar, pois se tinha como objetivo sublevar diversas unidades da capital gaúcha. Apesar de contar com militares da Brigada e de outras armas, o plano se desenvolveria a partir da tomada da Base Aérea de Canoas.

O sargento da Aeronáutica, Estoecl Ribeiro Santana, solicitou ao sargento Altivo Aguiar Barbosa o plano de defesa da Base. Depois de tomada, a Base deveria ficar em poder dos insurretos por, no mínimo, 24 horas, contando com apoio externo de carros de combate pilotados por rebeldes. Junto a isso, seriam presos ou eliminados vários oficiais contrarrevolucionários. Ao sargento Altivo Aguiar, caso concordasse em aderir ao movimento, caberia abrigar, em sua casa, nada menos do que Leonel Brizola, o qual seria o comandante da grande Operação Pintassilgo. Todavia, o sargento não concordara com a proposta e, no dia 27 de novembro de 1964, denunciara a seus superiores a existência de articulações visando apear do poder os militares golpistas. Após a denúncia, as prisões se sucederam em cascata e a primeira tentativa nacional-revolucionária fracassara.

O ano de 1964 acabara desfavoravelmente ao movimento de resistência. Em pelo menos dois momentos, foram desbaratados os planos insurgentes de figuras leais a Brizola ou simpatizantes do nacionalismo com tintas esquerdizantes. O esquema de Montevideú, desde o seu início, não conseguia ultrapassar a fase das articulações revolucionárias. Em 1965, aparece no Rio Grande uma movimentação mais concreta contra a ditadura. Dessa feita, os nacionalistas contaram com a participação de comunistas como Adamastor Bonilha, desligado do PCB e vinculado, de maneira tênue, ao PC do B. Sobre o fato, Brizola negou a vida inteira que tivesse tido alguma participação, embora os protagonistas estivessem intimamente ligados ao ex-governador gaúcho. É possível que Brizola tenha discordado dos insurretos de março de 1965 quanto ao momento mais adequado para desfraldar o movimento. Todavia, o *modus operandi* se assemelhou bem com a estratégia que Brizola defendia.

Cumprir destacar que o monitoramento da repressão sobre os nacionalistas sempre foi intenso, porque se temia concretamente sua movimentação. Afinal, reconheciam a existência de uma grande rede de apoios a um movimento contra a ditadura no interior gaúcho. Nas palavras de quem acompanhou de perto os intrépidos nacionalistas por aqueles anos, percebemos que:

Além das atividades subversivas nos principais centros de penetração do brizolismo no estado do RS, parece ter sido a área da 1ª Divisão de Cavalaria aquela em que mais amplamente se visou o domínio subversivo de toda a região. Pode atribuir-se a causa provável do fato de, nesta região Norte e Noroeste do Estado, escassearem de sobremodo as guarnições federais, inexistentes em longa faixa ao Norte do paralelo de Santa Rosa, que prossegue pelos estados de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso. Apresenta a região extensas matas, reservas indígenas e estende-se ao longo e próxima de fronteira internacional. Com boas condições para a ação de guerrilhas, falta-lhe, porém, uma das essenciais, que é o apoio da população local, visto tratar-se, de modo geral, de uma população pacata e voltada para as atividades coloniais, principalmente nas regiões de maior densidade populacional. Por isso mesmo, muitas vezes enganada na sua boa fé. Outro fator que talvez tenha levado a uma maior atividade subversiva na área é por coincidir, mais ou menos, com a área de influência política do ex-deputado Beno Orlando Burman que, conforme já vimos, exerceu intensa atividade de contatos para um movimento contrarrevolucionário, bem como o ex-sargento Alberi Vieira dos Santos, natural e conhecedor da região e dos elementos influentes, em virtude de aí ter comandado diversos destacamentos da Brigada Militar. Esses fatores e a ideia de, numa primeira ação, fugir a um choque com tropas do Exército, levaram a que fosse escolhida para um movimento-senha, provocar a eclosão do movimento contrarrevolucionário em todo o Rio Grande do Sul e daí alastrar-se por todo o país.⁶¹

O episódio em questão desenrolou-se e teve início na madrugada do dia 25 para o dia 26 de março de 1965, abarcando os municípios de: Campo Novo, Três Passos e Tenente Portela. Nessas cidades, foram feitas ações expropriatórias de armas junto a um quartel da Brigada Militar de Três Passos e de Tenente Portela.

Antes dessa data, o ex-sargento Alberi Vieira viajou para a região do conflito e articulou-se com militares, vereadores, deputados e prefeitos a participação e/ou cooperação com o movimento. Alberi Vieira e o ex-coronel Jefferson Cardim adentraram o território nacional em 20 de março de 1965, supostamente por ordem de Brizola, com a missão de, na cidade de Três Passos, lançarem pela rádio um manifesto-senha, a partir do qual eclodiriam movimentos em Porto Alegre, Santa Maria e Bagé, pontos fortes do movimento no Rio Grande do Sul. Os dois passaram por várias cidades até chegarem ao município de Campo Novo, onde ficaram aguardando a chegada dos demais revolucionários que viriam de Porto Alegre e São Sepé.

61 BNM 501, p. 1

A partir do dia 23, aceleraram-se os preparativos para a empreitada revolucionária. Levantaram acampamento em um galpão de um aliado e se movimentaram para o levante, na noite de 25 de março do mesmo ano. E, nessa noite, a pedido do ex-coronel Jeferson Cardim, foi organizada, por Manoel Silveira dos Santos e Pedro de Campos Bones, uma galinhada numa escola. Em tal evento, supostamente organizado para tratar de futebol, Cardim tentaria recrutar mais pessoas para a ação revolucionária, que intentavam empreender no dia seguinte.

Na mesma noite, dois revolucionários se apresentaram a um cidadão comum chamado Nelson Antônio Bones, como oficiais do Exército e homens do governo, solicitando seu caminhão. Segundo os falsos oficiais, o caminhão seria devolvido logo pela manhã.

Após um minucioso reconhecimento da área, os nacionalistas - revolucionários partiram para a cidade de Três Passos, onde atacaram um quartel da Brigada Militar e um presídio, levando todo o armamento que encontraram. Após essas ações, inutilizaram a telefônica da cidade e lançaram um manifesto na rádio local em que os seguintes tópicos eram abordados:

1- que o país estava sob regime ditatorial; 2 - que o país estava sendo entregue aos americanos através da Lei de Remessa de Lucros e da Política de Minerais; 3 - que faltava liberdade aos sindicatos; 4 - que haviam cassado os direitos políticos dos legítimos representantes do povo; 5 - reforma agrária com extinção dos latifúndios.⁶²

Na delegacia de Três Passos, contando com o apoio do escrivão de plantão, Altino de Souza, os revolucionários trocaram o velho caminhão em que estavam por um que lá se encontrava detido para legalização da documentação.

Em seguida, rumaram para a cidade de Tenente Portela, onde também expropriaram o destacamento local da Brigada Militar, levando armamento e inutilizando a telefônica local. Daí para frente expropriaram um Posto Fiscal e rumaram para o Norte, penetrando na cidade de Basílio da Gama, em Santa Catarina. Os revolucionários conseguiram ainda a façanha de alcançar o Paraná, onde enfrentaram as forças da repressão e mataram um sargento do Exército. Todavia, os revolucionários - nacionalistas não conseguiram mobilizar as forças que acreditavam que conseguiriam.

O pequeno grupo de homens fracassou e foi preso. Mais do que a simples prisão, tratava-se de mais uma derrota para os nacionalistas-

revolucionários ligados ao esquema de Montevideu. O saldo da derrota era maior do que simplesmente 15 combatentes presos. Amplos setores que apoiavam o brizolismo, ou que simplesmente depositavam nele a esperança de que aquela situação pudesse ser revertida, lentamente passavam a desacreditar na real possibilidade de desalojar do poder os militares direitistas. Toda uma rede de contatos, de apoios de toda ordem começava a se desfazer. Mas, engana-se quem acha que o esquema de Montevideu pararia por aí. Estamos ainda no ano de 1965 e, só no primeiro semestre de 1967, é que o protagonismo nacional-revolucionário daria seu último suspiro, com o desbaratamento da Guerrilha de Caparaó. Por ora, cumpre fazer justiça a parte dos comunistas que, entre 1964 e 67, ergueram-se na luta contra a ditadura.

Mesmo fracassados nas articulações do imediato pós-golpe, fracassados com a Operação Pintassilgo e derrotados no levante do ex-coronel Jefferson Cardim, os nacionalistas-revolucionários não desistiram da luta. O ânimo ainda não arrefecera.

Seguindo os passos da repressão, no dia 26 de janeiro de 1966, às 16 horas, o coronel Átilo Escobar realizou uma reunião no apartamento do tenente Veremundo, em Porto Alegre. Entre outras coisas, solicitou a figuras como o próprio tenente Veremundo e ao capitão Walter, que fizessem sondagens entre oficiais e sargentos do Regimento Bento Gonçalves, da Brigada Militar, para saber como seria a aceitação de um possível movimento contra o governo instalado com o golpe de março-abril de 1964. Essa reunião fora mais uma das que vinham se realizando de fins de 1965 a princípios do ano de 1966.⁶³

Como participantes da organização e orientação do movimento, foram nominalmente apontados o trabalhista Beno Orlando Burmann, a quem cabia fazer a ligação dos contatos pelo interior do estado do Rio Grande do Sul e, de modo geral, coordenava a totalidade do movimento em âmbito civil. Rafael Peres Borges, ex-presidente da Caixa Econômica Federal, e Ivo dos Santos Amaral ficaram responsáveis pelo recrutamento de trabalhadores da Companhia CARRIS, de Porto Alegre, além de outros trabalhadores sindicalizados, articulando com alguns sargentos do Exército em cuja incumbência estava também incluído o ex-Tenente José Wilson da Silva. Ao ex-Sargento Amadeu Felipe da Luz Ferreira, caberia organizar os sargentos do Exército. Ao Coronel reformado do Exército, José Lemos de Avellar, cabia a tarefa de planificar e aglutinar oficiais expurgados do Exército.

Outro articulador do movimento no Exército, e também na Aeronáutica, era o Coronel expurgado, Everaldo. Já o Coronel da reserva,

63 Processo BNM 501

Átilo Cavalheiro Escobar, ficara encarregado de organizar as forças contrárias à ditadura no interior da Brigada Militar, enquanto que na Aeronáutica tal incumbência caberia ao então Capitão Alfredo Daudt. Por fim, a Brizola, além da liderança máxima do movimento, caberia articular contatos civis e militares espalhados pelo estado e de relevância nacional, além de sublevar unidades militares de fronteira. No processo de organização da insurreição, os nacionalistas expurgados não participariam, em face de estarem sempre vigiados.

A partir de março, o esquema deveria ficar pronto para entrar em ação a qualquer momento, determinado pela repercussão nacional de fato político que ocorresse, ou para ser desencadeado no dia “Z,” que seria fixado com 48 horas de antecedência, de preferência num sábado, às 20 horas. O início de tudo se daria no Palácio Piratini, quando a guarda do mesmo estivesse sob o comando do tenente João Veremundo Cavalheiro e cujos quadros de ação militar seriam adrede preparados para tomar várias atitudes, entre elas, prender o governador do estado e seu secretariado. O palácio, depois de tomado, seria entregue a Leonel Brizola, que estaria nas imediações de Porto Alegre cerca de 48 horas antes da eclosão do movimento. Brizola seria o grande coordenador da insurreição.

Após a tomada do Palácio, seria lançado um manifesto à nação, por intermédio de emissoras de rádio e televisão locais, proporcionado por jornalistas e radialistas simpatizantes do movimento. Na sequência da leitura do manifesto entrariam em ação os grupos de 5, formados essencialmente pelas lideranças comunistas. Na medida em que a Brigada Militar e o III Exército fossem tomados pelos insurretos, seria proclamada a formação do “Exército de Libertação Nacional”.

Além do governador do estado, o general Muniz Aragão, do Exército e o coronel Octávio Frota, da Brigada Militar, também seriam detidos e, se fosse o caso, até mesmo eliminados pelo fato de serem considerados chefes temíveis dentro de suas áreas de comando.

Para a base aérea da Aeronáutica na cidade de Canoas, havia todo um planejamento específico. Além da detenção do governador e dos militares citados, outras ações aconteceriam. Os operários da empresa de transporte de Porto Alegre ocupariam a Companhia de Polícia, os quartéis seriam invadidos por grupos de cinco pessoas em combinação com militares insurretos que estivessem a serviço. O aeroporto seria ocupado por civis de uma vila localizada nas suas imediações. A ponte do Rio Guaíba seria levantada para impedir a chegada de forças adversas por aquela região. Ferroviários e demais trabalhadores agiriam em suas empresas, no sentido de fortalecer o movimento que se iniciava.

A repressão acreditava que o movimento contava com o apoio de padres e outras autoridades civis. Além disso, supunha-se que os futuros insurretos contavam com grande quantidade de armamento nas imediações de Porto Alegre. O movimento não se restringiria ao Rio Grande do Sul, mas seu início se daria naquelas terras porque os revolucionários acreditavam que lá havia melhores condições.

Para o êxito do movimento, acreditava-se que necessitariam de, pelo menos, 60% de apoio da população civil e dos militares. Para tanto, até o governador Adhemar de Barros vinha sendo procurado para participar do movimento, tendo em vista sua posição discordante em relação ao governo do presidente ditador, Castelo Branco.

O plano começou a ser desbaratado pela denúncia feita pelo capitão Wenceslau Ari Sena, o qual não concordara em participar de um movimento que contasse com a participação de comunistas. Após ser informado sobre o envolvimento de comunistas, recuou e denunciou a trama revolucionária ao seu comandante, em tempo suficientemente hábil para que as forças repressivas pudessem desarticular o movimento que se gestava. Uma vez conhecido o plano e seus participantes, foi ele frustrado e presa a maioria de seus participantes. Todavia, a persistência nacional-revolucionária ainda não havia sido completamente dobrada.

O ano de 1966 foi bastante significativo no tocante à movimentação dos nacionalistas revolucionários. Entre janeiro e março do ano em questão, um grande movimento vinha se gestando para que, a partir do Rio Grande do Sul, milhares de civis e militares descontentes com a ditadura se insurgissem. Entretanto, o ambicioso plano foi descoberto a tempo e diversos quadros importantes foram presos.

No mesmo ano de 1966, só que no segundo semestre, os nacional-revolucionários voltaram à carga, desta vez iniciando os movimentos longe das terras gaúchas. Trata-se do que se consagrou na literatura sobre o assunto como: a “Guerrilha de Caparaó.” Em verdade, um movimento que não passou da fase de treinamento dos guerrilheiros que por lá já se encontravam.

Caparaó teve um significado importante para a luta contra a ditadura porque, pela primeira vez, operava-se uma mudança na estratégia político-militar dos nacionalistas - revolucionários. Até então, Brizola, tido como o comandante da luta entre 1964 e 67, pensava a luta contra a ditadura em termos de uma estratégia de levantes armados, tomadas de quartéis, muito semelhante a um paradigma tenentista de ação política e militar. Caparaó se aproximava daquilo que se acreditava ter acontecido em Cuba, o foco guerrilheiro: um punhado de homens se aloja na selva e, a partir de suas ações exemplares, vão conquistando

o apoio das massas que, por sua vez, vão se integrando à luta para constituir um exército rebelde que marcharia rumo à tomada do poder.

A influência cubana neste sentido é bastante clara. Todavia, ainda hoje subsiste uma discussão sobre até que ponto Brizola realmente passara a acreditar na viabilidade do foco guerrilheiro, ou se tal opção se dera muito mais pelo estreitamento das relações do esquema de Montevideu com Cuba. Não será demasiado lembrar que dezenas de militantes nacionalistas fizeram treinamento guerrilheiro na ilha socialista até 1967 e Cuba, além de fornecer treinamento militar, também remeteu dinheiro às lideranças nacionalistas de esquerda que se encontravam no Uruguai.

O fato é que, no dia 26 de novembro de 1966, numa região localizada na divisa entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, foi instalado solenemente o grupo guerrilheiro de Caparaó. Apenas dois meses depois, autoridades locais já estavam alertadas sobre o que vinha ocorrendo na serra do Caparaó. Em janeiro de 1967, já apareciam indícios da existência de pessoas suspeitas na Região do Pico da Bandeira. Declarações dos habitantes das regiões de Príncipe, Caparaó, Espera Feliz e Presidente Soares às autoridades comprovavam que algo vinha acontecendo. Rotineiramente se percebia o trânsito frequente de homens estranhos àquelas paragens, ora utilizando conduções normais de deslocamento, ora passando em conduções próprias, evitando a todo modo o contato mais próximo com a população.

Populares que frequentavam o Parque do Caparaó relataram à polícia ter avistado um grupo de cinco homens fardados, equipados e armados. Relataram ainda que encontraram pelo caminho caixas de acondicionamento de alimentos, latas vazias de conserva, coturnos abandonados, maços vazios de cigarros, pilhas de lanterna, possíveis locais de acampamentos de várias pessoas etc.

A polícia, por sua vez, já sabia da presença de pessoas estranhas na orla do campo, na área de Caparaó, com atitudes suspeitas, dando a entender que não fossem excursionistas. Do alto, em pleno campo do Pico da Bandeira, em diversas oportunidades foram ouvidas vozes, denunciando a presença de grupos de homens, despertando maior estranheza na gente daquele lugar. Em consequência, passou a ser feita uma cuidadosa investigação pelos militares do 11º Batalhão de Infantaria da Polícia Militar de Minas Gerais, concomitantemente com os guardas do Parque Nacional do Caparaó, com sede em lugar chamado Caparaó Velho. Aliás, um desses guardas, no dia 23 de março de 1967, solicitou que dois homens se identificassem. Os homens abordados portavam armas e despertaram grande suspeita no guarda local. Um

deles apenas exibiu documentos, uma carteira de identidade expedida pelas autoridades de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul.

A organização do grupo guerrilheiro da Serra do Caparaó tinha, no Rio de Janeiro, uma base importante, liderada pelo professor Bayard Boiteux. Mas, indiscutivelmente, o Uruguai era o núcleo do movimento. Nesse país, fronteiro com o pampa gaúcho, estava instalado um núcleo duro de comando da luta contra a ditadura, entre 1966 e 67. Esse núcleo era composto por Brizola, Neiva Moreira, Dagoberto Rodrigues, Paulo Schilling, Paulo Melo e outros. Via de regra, no Uruguai a coisa funcionava assim: Neiva Moreira convidava e agilizava a partida dos futuros guerrilheiros para treinarem em Cuba, enquanto Max da Costa Santos, de Paris, legalizava documentos e agilizava o traslado daqueles, visto que precisavam passar por vários países até chegar a Cuba. De Cuba, novamente havia a circulação por outros países até que os militantes chegassem ao Uruguai, de onde, por fim, rumavam para a Serra do Caparaó. Sobre essa movimentação, a repressão também já havia tomado conhecimento, como nos mostra um relatório da Justiça Militar:

Analisando, por exemplo, as confissões de Gregório Mendonça e Avelino Capitani, verificamos que ambos, antes de compor o grupo de guerrilheiros do Caparaó, haviam sido selecionados para a aprendizagem tática e estratégica da guerra não convencional (guerrilhas), em Cuba, onde permaneceram o tempo suficiente, havendo, para isso, viajado Paris-Praga, com passaportes falsos, às expensas de Leonel Brizola (são textuais as afirmativas, o que nos dispensa maiores insistências). Digno de nota é que a legalização da documentação, em Paris, estava sob os cuidados do ex-deputado: Max da Costa Santos, asilado na França. Aliás, essas declarações mencionam a presença de cerca de nove brasileiros, em Havana, todos recebendo treinamento militar.⁶⁴

De acordo com uma denúncia e um relatório da Justiça Militar contidos no Processo BNM 24, Brizola era de longe o grande responsável pela empreitada revolucionária em tela. Segundo esses documentos, um documento militar teria sido escrito por determinação de Leonel Brizola. Tratava-se de um trabalho de guerra revolucionária adequado à realidade brasileira, em que se aproveitava as experiências de outros escritos revolucionários marxistas. Todo o material estaria adaptado à realidade brasileira e particularizado em cinco itens principais. Moisés Kuperman teria escrito três itens do trabalho revolucionário armado

64 BNM 24, p.3

para o Brasil, a pedido de Brizola. De sorte que os outros dois itens foram escritos por Dagoberto Rodrigues (tática revolucionária e meios de armamento).

Os guerrilheiros de Caparaó, após terem sido presos, informaram à repressão que o treinamento militar não se realizava apenas em Cuba, mas também no Uruguai. Segundo os militantes nacionalistas, em Montevidéu, na Chácara do Pando, de propriedade de Brizola, algumas pessoas faziam treinamento de tiro e marchas com mochilas e apetrechos de campanha. Também se ensinava por lá o manejo com diversos tipos de armas, o manejo com explosivos e o fabrico de bombas. Já na Serra do Caparaó, os guerrilheiros prosseguiram com seu treinamento. Faziam marchas para pontos diferentes e distantes, sempre bem armados e equipados. Disponham de esconderijos de armas, munições e de alimentos espalhados em uma grande área de abrangência. Seguiam rigorosa disciplina obedecendo às funções de comando desde o princípio, para que o movimento guerrilheiro nascesse sob forte organização militar e não cometesse erros quando fossem desfechadas as operações de guerrilha.

De acordo com a confissão dos guerrilheiros aprisionados, havia no movimento um comando, um subcomando e comandantes de grupos como sabotagem, informação e contrainformação, saúde etc. Até mesmo um armazém os revolucionários haviam montado na cidade de Guaçuí, no Espírito Santo, para abastecer com gêneros alimentícios e de higiene os combatentes de Caparaó.

Segundo o “Relatório da Justiça Militar”, Amadeu Felipe da Luz Ferreira era o líder do grupo armado, preso na região de Caparaó, e um dos responsáveis pelo movimento armado abortado no Rio Grande do Sul, de lá trazendo armamento e material. Jelcy Rodrigues Correa, segundo consta, teria participado do movimento fracassado no RS, assim como Araken Vaz Galvão, ex-sargento expurgado que também teria participado do movimento em terras gaúchas. Em verdade, podemos afirmar que a Guerrilha de Caparaó foi a continuação das tentativas que haviam fracassado no Rio Grande do Sul.

Apesar da mudança de estratégia e da mudança de local para promover a eclosão de um movimento revolucionário no Brasil, o esquema de Montevidéu fracassou. O desbaratamento da tentativa guerrilheira começou no dia 24 de março de 1967, quando a polícia mineira, na cidade de Espera Feliz, prendeu dois militantes numa barbearia. Seis dias depois, outro revolucionário seria preso. No dia 31 de março, quando retornava de seu trabalho na região do Pico da Bandeira, onde possui propriedade com criação de porcos, Gerson Barbert encontrou-se com José Machado e os dois viram uma picada

aberta recentemente na mata: tratava-se de um grupo de homens deitados em redes. José Machado não hesitou e avisou a polícia.

No dia 1º de abril, ao amanhecer, uma patrulha da polícia mineira, comandada pelo tenente José Manoel do Nascimento, cercou o local em que se achava o grupo. A força policial penetrou por diversas direções no local e prendeu o grupo de sete homens armados. Houve tentativa de reação quando alguns do grupo armado procuraram atingir suas armas e outros procuraram fugir, penetrando na mata. Porém, todos foram dominados pela polícia.

A derrota de Caparaó exauriu as forças do nacionalismo-revolucionário. Brizola desistiu da luta armada contra a ditadura, dando fim à primeira vaga revolucionária iniciada em 1964, quando da Operação Pintassilgo. Apesar da desistência de Brizola, muitos nacional-revolucionários prosseguiram a luta contra, mas desta feita tendo que ingressar nas organizações comunistas, pois na segunda vaga revolucionária, iniciada em 1968, o protagonismo já pertencia às organizações comunistas e não mais às frágeis estruturas organizativas nacional-revolucionárias. De qualquer maneira, há que se registrar a presença desses atores políticos, protagonistas num primeiro momento e jogando um importante papel no prosseguimento da luta armada contra a ditadura civil militar no Brasil.

Fontes

Arquivo Edgar Leuenroth (Unicamp) - Projeto Brasil Nunca Mais

Anexo BNM 3836, Anexo BNM 3835, Anexo BNM 2947, Anexo BNM 3820, Anexo BNM 3822, Anexo BNM 3821, Anexo BNM 3823, Anexo BNM 3825, Anexo BNM 3937, Anexo BNM 3938, Anexo BNM 3763, Anexo BNM 3764, Anexo BNM 3794, Anexo BNM 3782, Anexo BNM 3761, Anexo BNM 3793, Anexo BNM 3132, Anexo BNM 3130, Anexo BNM 3131

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul - Arquivo DOPS

Caixa 02 - DOPS - 1.0269.2 a 1.0603.2, Caixa 09 - DOPS - 1.2227.9 a 1.2487.9, Caixa 09 - DOPS - 1.2227.9 a 1.2487.9, Caixa 02 - DOPS - 1.0269.2 a 1.0603.2, Caixa 08 - DOPS - 1.1938.8 a 1.2226.8, Caixa 09 - DOPS - 1.2227.9 a 1.2487.9, Caixa 11 - DOPS - 1.2732.11 a 1.3051.11, Caixa 11 - DOPS - 1.2732.11 a 1.3051.11, Caixa 12 - DOPS - 1.3052.12 a 1.3370.12